
A interface sociolingüística / gramaticalização

Anthony Julius Naro

Maria Luiza Braga

Resumo

Neste trabalho, discutimos a aplicação da análise quantitativa à gramaticalização, a partir dos princípios da divergência e estratificação. Defendemos que a variação estratificada pode ser investigada segundo a metodologia quantitativa, mas que a divergência cria uma situação mais complicada. Sustentamos, todavia, que, nos estágios iniciais da mudança, as formas/estruturas divergentes precisam ter significado igual ou semelhante, condição para a aplicação da reanálise.

Palavras-chave: variação lingüística; gramaticalização; divergência; estratificação.

A variação lingüística, sistematicamente analisada pela Sociolingüística Quantitativa, já havia sido reconhecida, antes de Labov, por estudiosos e usuários mais sensíveis da linguagem articulada. Chambers (1995) cita Cícero que, por volta de 55 AC, contrastava e avaliava as diferenças entre as falas de homens e de mulheres. Explicava as diferenças a partir da quantidade de contatos lingüísticos permitidos aos dois sexos: restritos, em se tratando de mulheres e, possivelmente, irrestritos, em se tratando de homens. A abordagem que explica a variação apenas a partir da atuação de fatores externos à estrutura lingüística exibe uma longa tradição. Inicialmente, recorria-se a diferenças dialetais de várias ordens: geográficas, sociais, etárias, de gênero, estilísticas, etc. Os neogramáticos, por exemplo, atrelam a variação lingüística, em uma mesma comunidade, à coexistência de dialetos distintos. Posteriormente, esta linha de explicação se sofisticou e leva, na década de 70, às propostas de Bickerton (para quem a variação é uma consequência da alternância entre os vários letos, invariáveis, que integram a competência de uma mesma pessoa).

O que a sociolingüística laboviana postula, então, não é o reconhecimento, em si, da variação, mas um novo modo de vê-la. Este novo modelo, cujo precursor mais imediato é FISHER (1958), repousa sobre a convicção de que a variação é inerente e regular e, enquanto tal, passível de uma análise lingüística sistemática. Esta postura se distingue nitidamente da abordagem do estruturalismo americano, escola para a qual a variação na fala parecia aleatória, ou 'livre', e não admitia uma análise rigorosa. A posição estruturalista acha sua continuidade no gerativismo moderno, segundo o qual a fala é recheada de erros de desempenho, mudanças de estrutura durante uma mesma enunciação (situação de fala) e outros fatores que levam a interferências não sistemáticas. Para tratar a variação, LABOV (1969) propõe o conceito de regra variável, uma inovação crucial na lingüística, para CHAMBERS (1995).

A propósito da regra variável, o último autor afirma o seguinte:

Até então, todas as unidades lingüísticas – fones, fonemas, morfemas, sintagmas, orações – tinham sido invariantes, discretas e qualitativas. A variável não é nada disso. Na verdade, é variante, contínua, e quantitativa. (Labov, 1966). É variante no sentido de que é realizada diferentemente em diferentes ocasiões. É contínua no sentido de que certas variantes, tais como a gradação vocálica para (eh)¹, adquirem significação social dependendo de sua distância fonética da variante *standard*, ou, como acontece com as variantes para (r)², das diferenças fonéticas da variante *standard*. É quantitativa no sentido de que sua significação não é determinada meramente pela presença ou ausência de suas variantes mas pela sua frequência relativa. (CHAMBERS, 1995, p. 25)

Na década de 70, a par da Teoria da Variação, a pragmática e a análise do discurso examinam a correlação entre estrutura e uso lingüístico e, ao fazê-lo, se deparam forçosamente com a variação. A con-

¹ Esta variável ocorre em palavras do tipo de *jazz* no inglês americano.

² Trata-se da pronúncia do segmento consonantal final em palavras do tipo de *car*.

fluência desses interesses e enfoques vai propiciar o fortalecimento e renovação de uma vertente dos estudos sobre a mudança lingüística – a gramaticalização. Este novo campo do saber, por seu turno, ao focalizar, também, a mudança acaba por convergir, em alguns aspectos, com a sociolingüística e a divergir em outros, como passamos a considerar.

A gramaticalização, na acepção estrita, tem sido caracterizada como a investigação dos processos através dos quais um item lexical se transforma em um item gramatical ou, então, como um item gramatical se torna ainda mais gramatical. O que está implícito nesta caracterização é que, em numerosos casos, uma mesma forma pode abrigar valores/ usos/ instâncias com variados graus de gramaticalização. Por outro lado, como o processo de gramaticalização não é, necessariamente, desencadeado por falhas ou lacunas no sistema lingüístico, ao surgir, uma nova forma gramatical passa a coexistir com as velhas formas gramaticais. E mesmo quando motivada por fatores de ordem comunicativa, a gramaticalização cria formas novas sem destruir as antigas. Se estas caírem em desuso, as causas serão independentes.

Esses aspectos encontram-se explicitados nitidamente nos princípios da divergência e estratificação propostos por HOPPER (1991). O autor, dada sua concepção de gramática emergente (1987), está interessado nas fronteiras frouxas e difusas entre gramática e léxico, vale dizer, no fluxo intermitente entre uma e outra. Daí sua preocupação com um conjunto de princípios capazes de detectar a transformação incipiente de um item qualquer. Dentre os princípios propostos por ele, interessamos os dois arrolados acima, que iremos reinterpretar à luz da teoria da variação.

O princípio da *divergência* estipula que uma forma-fonte original, mais lexical, que dá origem a um nova forma, mais gramatical, pode também permanecer na sua formal original. Em algum momento posterior, as duas formas, a original e a nova, podem vir a sofrer as mudanças a que estão submetidos os demais itens que integram suas classes. Um exemplo clássico, da história da língua inglesa, é o item lexical *one* 'um' (numeral), que gerou o artigo indefinido *a/an* 'um' sem perder seu sentido original. Os dois itens têm formas fonológicas distintas na língua moderna porque o numeral possui acento e o artigo, não. Cada forma sofreu as mudanças fonológicas próprias de sua classe, como prevê o princípio. Em português, as linhas gerais diacrônicas do desenvolvimento do artigo indefinido *um/uma* são as mesmas, mas neste caso as formas fonéticas atuais do numeral e do artigo indefinido não sofreram mudanças posteriores tão radicais: no Brasil o indefinido simplesmente exhibe menor grau ou frequência de nasalização do que o numeral devido ao fato de não possuir acento pleno.

Utilizando a letra "a" para representar a forma original, e "n" para a forma nova, temos o seguinte esquema para a divergência:

pol...
 $a \rightarrow a/n$ ($\rightarrow n$),

onde a segunda etapa do processo diacrônico está entre parênteses para indicar que pode, ou não, ocorrer. Para os estudiosos da gramaticalização, o interesse principal reside nas propriedades de "a" que podem levar ao aparecimento de "n" e no processo representado pela primeira flecha. Eles se indagam, portanto, a respeito dos traços semânticos da forma-fonte, por exemplo, se ela codifica parte do corpo humano, espaço, tempo e a respeito de traços particulares do contexto lingüístico de ocorrência. Para os variacionistas, o elemento central é o estágio "a/n", embora também possam se interessar pelos estágios "a" e "n", talvez principalmente do ponto de vista das circunstâncias sociais que favorecem, ou desfavorecem, os processos de mudança das flechas.

O esquema acima precisa ser modificado para incluir o fato de que a forma "n" também pode evoluir, e não simplesmente coexistir com "a". O princípio da divergência aplica-se neste caso também, porque as diversas etapas de gramaticalização podem continuar existindo numa mesma etapa histórica. A esse respeito, observe nos trechos seguintes os diversos usos do item *aí*.

Uso dêitico:

De todo modo, no que diz respeito a você, gostaria muito de te encontrar: aqui, *aí*, onde for, e conversar um pouco sobre o trabalho. (Correspondência pessoal-25/05/2000)

Uso fórico:

F: ... que o melhor ano da minha vi- melhor ano escolar meu, no Pedro II, foi a minha segunda 5ª série. Que *aí* eu fiz sabe? numa- numa higiene mental. (LEO 01)

Uso juntivo:

F: *Aí* bota meio copo de óleo. *Aí* você bate no liquidificador e depois você tira e bota numa vasilha. (NA-01)

Os exemplos foram dispostos de forma a representar esquematicamente o processo de gramaticalização que transformou *aí*, previamente um dêitico com referência espacial, em um elemento capaz de articular orações. Ressalte-se que esses vários empregos coexistem no português falado atualmente no Brasil. A emergência do uso juntivo, valor mais gramaticalizado, não implicou desaparecimento do uso dêitico, valor menos gramaticalizado.

A problemática que nos interessa aqui é: poderiam a forma nova, a forma original, e as outras formas intermediárias distribuídas ao longo de um *continuum* de gramaticalização ser consideradas como variantes de uma variável dependente? Ou ser tratadas pela metodologia quantitativa usando a técnica estatística da regra variável? Exemplos semelhantes aos apresentados acima mostram que as "etapas", correspondentes a classes de palavras diferentes, não são mutuamente

intercambiáveis, não podendo, portanto, ser consideradas como variantes de uma mesma variável.

A resposta à pergunta inicial não é, todavia, tão simples, já que, em se tratando dos processos de gramaticalização, parece inexistir uma uniformidade no que tange à trajetória e suas fases. Em outras palavras, a investigação de uma gama maior de fenômenos sugere que, em certas circunstâncias, pode-se cogitar de um tratamento nos moldes variacionistas, como mostraremos posteriormente. Antes, porém, vamos considerar o segundo princípio, o da estratificação.

O princípio da *estratificação* remete à coexistência de diversas camadas, isto é, formas alternantes de realização das categorias existentes dentro de um determinado domínio funcional na mesma etapa histórica de uma língua. Essa situação tem sua origem no fato de que a gramaticalização pode gerar novas formas de expressão sem que as antigas, não envolvidas elas mesmas no processo, sejam necessariamente descartadas imediatamente após a criação de formas novas equivalentes. Um exemplo é a expressão do tempo futuro no latim e nas línguas românicas. A forma futura original do tipo *cantabit* coexistiu durante muito tempo com uma nova forma criada a partir da gramaticalização de *cantare habet*. Assim, após a gramaticalização de *cantare habet* o latim possuía duas alternativas para expressar o futuro. Posteriormente outro processo histórico de gramaticalização gerou o tipo *vai cantar* a partir do verbo *ir* de movimento. O ponto de partida se encontrava em frases do tipo *Tony vai do Rio a Salvador (para) apresentar uma mesa-redonda*, em que está envolvida movimentação física. Naturalmente, o elemento de deslocamento garante que a ação será praticada no futuro. Hoje em dia temos *cantará*, descendente gramaticalizado direto de *cantare habet*, em coexistência com *vai cantar*, também já gramaticalizado, sem a necessidade de se referir a deslocamento físico no espaço e de subcategorizar um sujeito [+animado], como mostram exemplos do tipo:

Parece que vai chover esse fim de semana.

Podemos incluir a estratificação em nossa representação esquemática através do uso da letra "f" para indicar uma estrutura existente na etapa "a" e não diretamente envolvida no processo de gramaticalização que gera "n" a partir de "a":

a/f ----> a/n/f

A representação acima lembra que em uma etapa intermediária teremos duas fontes principais de formas coexistentes:

- (1) *Divergência*: A forma "n", em vias de gramaticalização, coexistindo com "a", estrutura que gerou o próprio "n".
- (2) *Estratificação*: A forma "f", que não participa diretamente na gramaticalização, mas que, como resultado deste processo, passa a coexistir com "n".

OK
 A pergunta feita anteriormente a respeito dos resultados da divergência continua relevante para a estratificação: poderiam as formas estratificadas, aparentemente alternativas de se dizer a mesma coisa, ou pelo menos coexistentes dentro do mesmo domínio funcional, ser consideradas como variantes de uma variável dependente?

O esquema geral do quadro gramaticalização/variação pode ainda ser representado, de maneira mais detalhada, como se segue:

$$\begin{array}{ccc}
 f_1 & & f_1 \\
 \cdot & & \cdot \\
 \cdot & & \cdot \\
 a & \text{---->} & a / n_1 \dots a / n_j \\
 \cdot & & \cdot \\
 \cdot & & \cdot \\
 f_i & & f_i
 \end{array}$$

Neste esquema, introduzimos dois refinamentos: a dimensão horizontal representa a divergência e a dimensão vertical representa a estratificação; os diversos "n" representam estágios coexistentes do *continuum* da gramaticalização; os diversos "f" representam estruturas anteriores coexistentes no mesmo domínio funcional.

A questão central é saber se existem diferenças substantivas entre a maneira como a teoria da variação e a gramaticalização abordam a situação geral representada acima. Pode-se alegar, em primeiro lugar, que existe uma diferença fundamental entre as duas abordagens: um estudo variacionista requer a equivalência no nível semântico/denotativo entre as variantes, exigência dispensada pela gramaticalização. De fato, a gramaticalização trata justamente da criação de novas formas de expressão, tal como tempo futuro a partir de deslocamento físico no caso da evolução de *ir*, ou indefinição a partir de numeração no caso do item *um*. Entretanto, é possível afrouxar a exigência variacionista se as eventuais diferenças de sentido puderem ser controladas através das variáveis independentes. Procedendo assim, torna-se possível uma aproximação entre gramaticalização e variação?

HOPPER (1991), quando considera o princípio da estratificação, assevera que as diversas camadas que servem para codificar funções *similares ou idênticas* podem estar correlacionadas a itens lexicais particulares, classes de construções ou registros sociolinguísticos. Admitindo, então, que as várias "camadas" podem ter significados ligeiramente diferentes e, portanto, não dizer exatamente a "mesma coisa", a exemplo das construções futuras *cantará* e *vai cantar*, cumpre-se indagar em que condições é interessante investigá-las sob a ótica variacionista.

Aqui nos deparamos com um velho problema variacionista, levantado anos atrás, quando se passou dos primeiros estudos fonéticos para os estudos morfossintáticos. Com efeito, no domínio da morfossintaxe não existe sinonímia denotativa plena. Como dissemos acima, acreditamos que o problema pode ser resolvido através da postulação de fatores independentes apropriados.

Quanto à divergência, o próprio rótulo empregado já sugere que um estudo variacionista não seria indicado. Afinal, pelo menos à primeira vista, não parece sensato postular uma variação, por exemplo, entre tempo futuro e deslocamento físico na sincronia atual do verbo *ir*. Mas lembremos que no início do processo de gramaticalização nem tudo está tão claro. Para compreender os primeiros estágios do longo processo de mudança através da gramaticalização, temos que levar em conta que a divergência começa através de uma reanálise estrutural da construção original. No caso da evolução de *ir*, a estrutura original tem dois sintagmas verbais:

Claro!
o problema

sujeito	[<i>ir</i>] _{sv}	[V complementos] _{sv}
Tony	[is going] _{sv} coming traveling	[to give a lecture] _{sv}

Através da reanálise cria-se uma nova estrutura

sujeito	[<i>ir</i> V complementos] _{sv}
Tony	[is going to give a lecture] _{sv}

com apenas um sintagma verbal. Pelo menos no primeiro momento estas duas estruturas devem ter tido o mesmo sentido, senão a reanálise não poderia ter acontecido. Abre-se aí um momento apropriado para um estudo variacionista.

Os estágios intermediários ambíguos, o que chamamos jocosamente de *elo perdido*, tornam-se importantes do ponto de vista acima. Considere, por exemplo, o trecho:

F: ...eu *estava* na Tupi *trabalhando* como funcionária. (D2, SP, 333, 21)

Como classificar essa ocorrência de *estava*? Como um verbo intransitivo pleno, segundo as prescrições da gramática normativa, modificado por dois adjuntos adverbiais, um locativo, codificado sob a forma de um SPrep —*na Tupi*— seguido por um outro, de modo, codificado sob a forma de uma oração reduzida de gerúndio —*trabalhando como funcionária*? Ou como uma locução verbal gramaticalizada —*estava trabalhando*— cujos componentes foram intercalados por um locativo? Do mesmo modo, como teria sido classificado

Tony vai apresentar uma mesa redonda.

no início do processo da gramaticalização do verbo *ir*?

Outra característica da gramaticalização que cria variação é o fato de que nem todos os traços logicamente relacionados de uma nova construção gramaticalizada aparecem na língua simultaneamente após a reanálise.

Tomemos como exemplo a criação dos tempos compostos com o auxiliar *ter*:

Ele tem escrito as cartas.
Ele tinha escrito as cartas.

Esta construção foi criada aproximadamente na segunda metade do século 14 a partir de outra forma anterior, do tipo

Ele tem as cartas escritas.

em que o verbo *ter* tinha seu sentido pleno de 'possuir' e ocorria com um objeto direto e um complemento. Note-se que a construção original continua existindo até hoje, de acordo com o princípio da divergência. A forma não marcada original era:

(A) Sujeito ---	<i>ter</i> ---	Objeto direto ---	complemento
A árvore	tem	as folhas	vermelhas
O príncipe	tinha	um castelo	na França
Ele	tem	o livro	escrito

em que o complemento poderia ser um adjetivo (*a árvore tem as folhas vermelhas*), um locativo (*o príncipe tinha um castelo na França*), um particípio (*ele tem o livro escrito*), ou ainda outros elementos do predicativo. O complemento concorda com o objeto direto. No caso de um particípio verbal, a base verbal tem que ser transitivo para poder modificar o objeto direto. Por esta razão, era impossível nesta etapa o tipo *ele tem ido*, com verbo intransitivo.

Mesmo na construção original, o objeto direto podia ocorrer depois do complemento se fosse muito longo ou por razões de topicidade. Um exemplo seria:

Ele tem escritas as cartas.

O esquema era:

(B) Sujeito ---	<i>ter</i> ---	complemento ---	objeto direto
Ele	tem	escritas	as cartas

Orações como essas possuem a mesma ordem vocabular das construções com auxiliar, o que possibilitou a gramaticalização de *ter* como auxiliar. Já no final do século 14 encontramos exemplos nos textos em que *ter* + particípio é usado claramente com sentido perfectivo e sem sentido de posse, indicando claramente que a gramaticalização de *ter* + particípio como locução verbal já estava em processo, como mostra o trecho seguinte do *Orto do Esposo*:

Grave imigo tem ganhado a castidade.

O exemplo acima exibe o sentido perfectivo, e não o de posseção, como prova o original latim do trecho traduzido no *Orto*:

Gravem ininicum sortita est castitas.

que contém o perfectivo indicativo do verbo deponente *sortior*.

Apesar disso, a concordância do participio com o objeto direto continua a ser usada variavelmente durante séculos, mesmo depois da gramaticalização de *ter* como auxiliar. Nesta etapa (século 15 até talvez o século 18) tínhamos tanto

Ele tem escritAS as cartas.

como

Ele tem escritO as cartas.

mesmo com o sentido de tempo composto perfectivo. A abordagem variacionista deste estágio é essencial para entender o processo da gramaticalização.

Existe uma divergência essencial entre a teoria da variação e a gramaticalização no que diz respeito ao tratamento da mudança: as duas abordagens apresentam pontos de partida e áreas de interesse distintos. A grande maioria dos variacionistas aceita que toda mudança é acompanhada por variação, mas que nem toda variação leva à mudança no curto ou no médio prazo. Em outras palavras, o enfoque laboviano admite uma variação estável, que pode persistir por vários séculos; a gramaticalização, por outro lado, explica a coexistência de formas capazes de codificar um mesmo valor como uma etapa de um longo processo que tanto pode se interromper a meio do caminho, quanto levar ao desaparecimento da estrutura original.

Neste artigo, cotejamos o tratamento dispensado à variação lingüística pela abordagem da gramaticalização e pela metodologia da teoria da variação, a partir de dois dos princípios sugeridos por Hopper — divergência e estratificação. Sustentamos que a variação que decorre da atuação do último princípio pode ser investigada à luz da metodologia quantitativa; em se tratando, todavia, da variação que depende da aplicação do primeiro princípio, a situação é mais delicada. É provável, porém, que nos estágios iniciais do processo de mudança as duas formas/estruturas tenham tido o mesmo sentido, condição para a aplicação da reanálise.

Abstract

In this article we discuss the applicability of quantitative analysis to grammaticalization based on the principles of divergence and stratification. We argue that stratified variation can be investigated using quantitative methodology but that divergence creates a more complicated situation. Nonetheless, in the initial stages of change, the divergent forms or structures must have the same, or similar, meanings, or reanalysis could not occur. Furthermore, not all structural consequences of reanalysis appear at the same time. Both of these situations are amenable to quantitative analysis.

Keywords: linguistic variation; grammaticalization; divergence; stratification.

Referências

- FISHER, Joshua A. Social influence in the choice of a linguistic variant. *Word*, n. 14, p. 47-56, 1958.
- CHAMBERS, J. K. *Sociolinguistic theory*. Cambridge: Blackwell, 1995.
- HOPPER, Paul. Emergent grammar. *BLS* 13, p. 139-57, 1987.
- HOPPER, Paul. On some principles of grammaticization. In: TRAUGOTT, Elizabeth Closs & HEINE, Bernd (eds) *Approaches to grammaticalization*. Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 1991.
- LABOV, William. Contraction, deletion, and inherent variability of the English copula. *Language*, n. 45, p. 715-762, 1969.
- NARO, Anthony Julius. A mudança sintática como um fenômeno superficial. *LITTERA*, n. 16, p. 125-131, jul./dez. 1976.